

- Nestas provas, faça o que se pede, usando, caso deseje, os espaços para rascunho indicados no presente caderno. Em seguida, transcreva os textos para o **CADERNO DE TEXTOS DEFINITIVOS DAS PROVAS DISCURSIVAS P₂ E P₃**, nos locais apropriados, pois **não serão avaliados fragmentos de texto escritos em local indevido**.
- Qualquer fragmento de texto além da extensão máxima de linhas disponibilizadas será desconsiderado. Também será desconsiderado o texto que não for escrito na(s) **folha(s) de texto definitivo** correspondente(s).
- No **Caderno de Textos Definitivos**, a presença de qualquer marca identificadora nos espaços destinados à transcrição dos textos definitivos acarretará a anulação da sua prova discursiva. Caso queira assinar o texto de seu parecer, utilize apenas o nome **Procurador de Contas Substituto**. Ao texto que contenha outra forma de assinatura será atribuída nota zero, correspondente à identificação do candidato em local indevido.
- Em cada questão, ao domínio da modalidade escrita serão atribuídos até **3,00 pontos** e ao domínio do conteúdo serão atribuídos até **12,00 pontos**, dos quais até **0,60 ponto** será atribuído ao quesito apresentação (legibilidade, respeito às margens e indicação de parágrafos) e estrutura textual (organização das ideias em texto estruturado). No parecer, esses valores corresponderão a **11,00 pontos, 44,00 pontos e 2,20 pontos**, respectivamente.

-- PROVAS ESCRITAS DISCURSIVAS P₂ E P₃ --

QUESTÃO 1

O estado-membro X, a fim de estimular o desenvolvimento regional, criou programa mediante o qual empresta, sob a condição de ampliação da atividade industrial, determinado percentual do ICMS devido pelo contribuinte, o qual ficará obrigado a pagar o aludido montante posteriormente, em prestações definidas quando da concessão do benefício fiscal.

Tendo a situação hipotética apresentada como referência inicial, atenda ao que se pede a seguir.

- 1 Apresente o conceito e o objetivo de federalismo fiscal [**valor: 3,80 pontos**];
- 2 Indique as espécies de repartição de receita tributária — direta e indireta — entre os entes federados [**valor: 2,50 pontos**];
- 3 Discorra sobre a possibilidade de se postergar a repartição constitucional da receita de ICMS para o momento do ingresso do tributo nos cofres públicos estaduais, quando da concessão de benefícios fiscais [**valor: 5,10 pontos**].

QUESTÃO 1 – RASCUNHO

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	

QUESTÃO 2

Com base no Manual de Auditoria de Conformidade do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul, aprovado pela Resolução TCE/MS n.º 97/2018, e considerando conceitos relativos ao contexto geral dos riscos de auditoria no âmbito do controle externo, discorra, de forma fundamentada, sobre os assuntos a seguir delimitados.

- 1 Conceito de risco de auditoria e seus componentes [valor: 3,80 pontos];
- 2 Finalidade e classificação dos testes de auditoria, bem como sua relação com os riscos de auditoria [valor: 3,80 pontos];
- 3 Papéis de trabalho relacionados aos riscos de auditoria [valor: 3,80 pontos].

QUESTÃO 2 – RASCUNHO

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	

QUESTÃO 3

O estado do Mato Grosso do Sul questiona duas isenções tributárias relativas a tributos estaduais. A primeira isenção questionada — benefício A — decorre de tratado internacional firmado pelo presidente da República, no qual é previsto a determinado produto importado tratamento similar ao nacional. No caso, em face do tratado celebrado, foi concedida isenção de imposto sobre a circulação de mercadorias e serviços (ICMS) para o produto em questão. A segunda isenção questionada — benefício B —, deriva de decreto federal de 1968, recepcionado como lei complementar com caráter de norma geral pela Constituição Federal de 1988 (CF). Na citada lei complementar, a isenção alcança variados ramos da economia, dada a peculiaridade do fato gerador.

O governador do estado do Mato Grosso do Sul ajuizou ação direta de inconstitucionalidade (ADI), questionando ambos os benefícios, sob o argumento de invasão da competência tributária do estado do Mato Grosso do Sul. Especificamente, quanto ao segundo benefício, alega que este não teria sido confirmado por lei posterior à promulgação da CF.

Em face da situação hipotética apresentada, esclareça, com fundamento na CF e na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (STF), se a ação de controle em relação a cada um dos benefícios mencionados deve ser julgada procedente.

QUESTÃO 3 – RASCUNHO

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	

PARECER

O 1.º secretário da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso do Sul (ALEMS) dirigiu consulta ao Tribunal de Contas do Estado do Mato Grosso do Sul (TCE/MS) na qual indagou sobre controvérsia referente à responsabilidade civil do Estado por ato legislativo. Na consulta, informou que a matéria era objeto do processo n.º X/2023, pendente de apreciação pelo TCE/MS, de interesse da ALEMS, razão pela qual acreditava ser relevante que o tribunal se manifestasse sobre o tema, respondendo à consulta antes de julgar o outro processo.

O consulente narrou a existência de requerimentos administrativos de cidadãos sul-mato-grossenses que pediam indenização por causa da aprovação, pela ALEMS, de lei ordinária que veio a ser julgada inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal em ação direta de inconstitucionalidade, lei essa que causou danos específicos àqueles cidadãos.

Diante disso, o consulente formulou as seguintes perguntas.

- 1 Quais as linhas gerais e os principais requisitos da responsabilidade civil extracontratual do Estado, no regime da Constituição Federal de 1988?
- 2 Em que casos cabe responsabilidade civil do Estado por ato legislativo e quais os requisitos?
- 3 É possível ao Estado reconhecer responsabilidade civil na via administrativa?

O requerimento foi autuado como Consulta n.º Y/2023. Antes de decidir sobre a admissibilidade da consulta, o presidente do TCE/MS decidiu colher parecer do Ministério Público de Contas, tanto sobre a admissibilidade quanto sobre o mérito da consulta.

Considerando essa situação hipotética, elabore, na condição de procurador(a) de contas substituto(a) junto ao Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul, parecer acerca da admissibilidade da consulta [valor: 12,54 pontos] e, no mérito, responda às indagações feitas — pergunta 1 [valor: 8,36 pontos]; pergunta 2 [valor: 16,72 pontos]; pergunta 3 [valor: 4,18 pontos] —, abordando toda a matéria de direito pertinente, à luz da legislação e da doutrina predominante sobre o tema de mérito. Ao elaborar seu parecer, não crie fatos novos, dispense ementa e relatório, não trate do rito processual previsto para as consultas no TCE/MS após sua distribuição e elabore conclusão sucinta que, quanto ao mérito das perguntas, remeta à fundamentação do corpo do parecer.

PARECER – RASCUNHO – 1/3

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

PARECER – RASCUNHO – 2/3

31	
32	
33	
34	
35	
36	
37	
38	
39	
40	
41	
42	
43	
44	
45	
46	
47	
48	
49	
50	
51	
52	
53	
54	
55	
56	
57	
58	
59	
60	

PARECER – RASCUNHO – 3/3

61	
62	
63	
64	
65	
66	
67	
68	
69	
70	
71	
72	
73	
74	
75	
76	
77	
78	
79	
80	
81	
82	
83	
84	
85	
86	
87	
88	
89	
90	